

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 - FORP/USP

CONTRATANTE UASG nº 102146 - FORP/USP

Processo SEI nº 154.0005794/2026-18

OBJETO

Contratação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 524.304,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

08h30

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Modo de disputa: aberto

Critério de Julgamento: maior desconto por item

Link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (UASG 102146)



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Processo SEI nº 154.00005794/2026-18

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio do(a) **Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em **GRUPO/LOTE ÚNICO**, formados por todos os itens do objeto, conforme tabela constante no Termo de Referência e os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa nº 03/2018](#), mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
 - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
 - 2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
 - 2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
 - 2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

- 2.6. O impedimento de que trata o subitem **2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **2.5.2** e **2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.
- 2.10. A vedação de que trata o item **2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1** e **8.13.1** deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
 - 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.11** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor unitário ou Desconto mensal e total** do item.
 - 4.1.1.1. **O item 2 (aquisição eventual de peças) deverá contar com aplicação de desconto APENAS sobre o percentual de BDI aplicável. O valor estimado das peças (R\$ 30.000,00) não poderá ser modificado, logo, todas as propostas do item 2 deverão ter valor superior a R\$ 30.000,00.**
 - 4.1.1.2. **Eventuais descontos que resultem em valor do item 2 inferior a R\$ 30.000,00, terão suas respectivas propostas automaticamente desclassificadas.**
 - 4.1.2. Marca.
 - 4.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 4.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 4.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
 - 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **percentual de desconto** do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um décimo por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

- 5.21.2.2. empresas brasileiras.
- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 6.1.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
 - 6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
 - 6.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.1.4. O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.1.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.
 - 6.1.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.2. A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
 - 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
 - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
 - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5.1** e **3.6** deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 7.7. Será desclassificada a melhor proposta que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis.
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.4.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).

- 8.4.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (**conforme TR**), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.10.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 8.10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.13.1**.

8.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **mediante solicitação formal via e-mail:** material@forp.usp.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), em especial:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 10.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 10.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
 - 10.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 10.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, §7º](#)).
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **10.1.1**, **10.1.2** e **10.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **10.1.4**, **10.1.5**, **10.1.6**, **10.1.7** e **10.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.1**, **10.1.2** e **10.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **10.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ([art. 156, §9º](#)).

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **mediante solicitação formal via e-mail: material@forp.usp.br**.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.usp.br/licitacoes>.
- 12.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 12.12.1. ANEXO I – Orientações sobre a retenção de imposto de renda;
 - 12.12.2. ANEXO II - Termo de ciência e notificação;
 - 12.12.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;
 - 12.12.4. ANEXO IV – Termo de Referência;
 - 12.12.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Ribeirão Preto, data da última assinatura eletrônica das partes.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

Prof. Dr. Ricardo Gariba Silva

Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

ANEXOS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

ANEXO I – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

publicação;

- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

PROPOSTA COMERCIAL

CIDADE, DIA DE MÊS DE ANO

À

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – USP Ribeirão Preto

Av. do Café, s/n – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-904

Razão social: XXXX

Endereço: XXXXX

E-mail: XXXX

Telefone: XXXXX

CNPJ: XXXXX

ORÇAMENTO

Objeto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
Inserir	Inserir	000	R\$ XXX	R\$ XXX
Inserir	Inserir	000	R\$ XXX	R\$ XXX
VALOR TOTAL				R\$ XXX



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

Descrição do material/serviço

INSERIR (inclusive marca e modelo)

Prazo de Entrega: Conforme Termo de Referência

Prazo de pagamento: Conforme Termo de Referência

Validade da Proposta: 60 dias

Garantia: Conforme Termo de Referência

-

Dados Bancários

INSERIR DADOS

Considerar:

- ISENÇÃO de ICMS conforme Artigo 55 do Decreto Nº 48.034/2003.
- Ciente da Retenção de IR prevista na IN RFB 2145/2023

Estamos de acordo com os termos da Lei 14.133/21 e suas alterações, bem como a resolução 8548/23 e a portaria 8249/23.

Atenciosamente,



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

Identificação do responsável

CPF do responsável

ASSINAR COM ASSINATURA ELETRÔNICA (ASSINADOR GOV.BR)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – FORP/USP

ANEXO **IV – TERMO DE REFERÊNCIA**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – PREGÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Processo SEI nº 154.00005794/2026-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL 24 meses (R\$)
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias com fornecimento de materiais de consumo	3557	Serviço	14 (igual ao número de elevadores e plataformas abaixo elencados)	1.457,50	489.720,00



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1.1	Manutenção em elevador hidráulico de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 2 elevadores)	2.617,50	62.820,00
1.2	Manutenção em elevador eletromecânico de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 9 elevadores)	11.778,75	282.690,00
1.3	Manutenção em elevador eletromecânico de 6 a 10 paradas	-	Serviço	1 (em 1 elevador)	1.406,25	33.750,00
1.4	Manutenção em plataforma elevatória eletromecânica de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 2 elevadores)	2.547,50	61.140,00
2	Custos estimados para fornecimento eventual de peças e/ou componentes para reposição e/ou substituição	6472	Unidades	1	1.441,00 OBS: O valor estimado para esse item é composto pelo valor estimado das peças (R\$ 30.000,00) acrescido do BDI diferenciado para fornecimento	34.584,00

1.1.1. Os valores referentes aos custos estimados de peças e/ou componentes para reposição/substituição do item 2 serão utilizados eventualmente de acordo com a necessidade durante a vigência do contrato, não fazendo jus a CONTRATADA do valor não utilizado.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no [Decreto estadual nº 67.985, de 2023](#).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados do **termo de início dos serviços**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade constante de manutenções do objeto, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando **o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica**.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. Os equipamentos em que serão realizadas as prestações de serviços e eventual substituição de peças são os abaixo discriminados:

Equipam.	Unidade	Marca	Tipo	Capacidade	Local
1	FORP		Eletromecânico com casa de máquinas e 3 paradas	8 pessoas (600 kg)	Bloco P
2	FORP		Hidráulico com casa de máquinas e 2 paradas	4 pessoas (300 kg)	Bloco M
3	FORP		Plataforma elevatória eletromecânica de 2	250 kg	Bloco D



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

			paradas		
4	FEARP		Hidráulico com casa de máquinas e 2 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco B1
5	FEARP		Eletromecânico sem casa de máquinas e 3 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco B2
6	FEARP		Eletromecânico com casa de máquinas e 3 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco C1
7	FEARP		Eletromecânico sem casa de máquinas e 6 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco C2
8	FEARP		Eletromecânico com inversor de frequência e 2 paradas	3 pessoas (250kg)	Teias
9	FFCLRP	Basic	Eletromecânico com casa de máquinas e 2 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco 09 - Exatas
10	FFCLRP	Basic	Eletromecânico com casa de	8 pessoas (600kg)	Bloco 09- A Exatas



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

			máquinas e 2 paradas		
11	FFCLRP	Basic	Eletromecânico sem casa de máquinas e 2 paradas	8 pessoas (600kg)	Bloco 10 Exatas
12	FFCLRP	Belgo	Elétrico com casa de máquinas e 2 paradas	210 kg	Bloco 02/03 - Exatas
13	FFCLRP	Belgo	Elétrico com casa de máquinas e 2 paradas	210 kg	Bloco 06/07 - Exatas
14	FFCLRP	Montele	Elétrico sem casa de máquinas e 2 paradas	340 kg	Bloco 37 - Humanas

Subcontratação

- 1.6. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se no processo da contratação em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP/USP)

- I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000075/2025;
- II. Data de publicação no PNCP: 28/06/2024;
- III. Id do item no PCA: 83;
- IV. Classe/Grupo: 871;
- V. Identificador da Futura Contratação: 102146-19/2025.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP):

- I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000096/2025;
- II. Data de publicação no PNCP: 13/11/2024;
- III. Id do item no PCA: 47 e 48;
- IV. Classe/Grupo: 871;
- V. Identificador da Futura Contratação: 102146-86/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no processo da contratação em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Os prestadores de serviço devem, preferencialmente, ter origem local e prestar os serviços na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, para evitar emissão de poluentes atmosféricos com o transporte;
 - 4.1.2. Os equipamentos e materiais utilizados na execução do serviço devem ser compostos, preferencialmente, por materiais de origem sustentável e com possibilidade de reciclagem;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 4.1.3. Os prestadores de serviços devem, preferencialmente, destinar os resíduos da prestação de serviços para destinos sustentáveis e, se possível, para a reciclagem;
- 4.1.4. Os equipamentos utilizados na prestação do serviço devem, preferencialmente, atender aos requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), qualificados como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.5. O fornecedor e os eventuais fabricantes dos materiais utilizados na prestação do serviço devem, preferencialmente, promover a compensação dos gases de efeito estufa emitidos na cadeia de produção ("pegada de carbono").

Garantia da contratação

- 4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação.
- 4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá informar uma das seguintes modalidades de garantia que irá prestar:
 - 1. **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do **CONTRATANTE** no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.
 - 2. **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
 - 3. **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4. **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.
5. **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

- 4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:30** horas às **16:30** horas.
- 4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.7. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.1.6. **O agendamento da vistoria na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP/USP deverá ser realizado com a Assistência Técnica Administrativa, telefones: (16) 3315-3958 (Sr. Heitor) ou 3315-0628 (Sra. Camila), e-mail: atad@forp.usp.br.**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 4.1.7. O agendamento da vistoria na FFCLRP/USP deverá ser realizado com a Divisão Administrativa, telefones: (16) 3315-4455, e-mail: atad@ffclrp.usp.br.
- 4.1.8. O agendamento da vistoria na FEARP/USP deverá ser realizado com a Divisão Administrativa, telefones: (16) 3315-0298, e-mail: fabiano@fearp.usp.br.
- 4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **5 dias da emissão da ordem de serviço;**
 - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **conforme Memorial Descritivo (Anexo I).**
 - 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **conforme Memorial Descritivo (Anexo I).**
 - 5.1.4. Etapa de realização dos serviços: **conforme Memorial Descritivo (Anexo I).**

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços

FORP/USP: Av. do Café, s./n. – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-904 (Campus da USP).

FFCLRP: Av. Bandeirantes, 3900 – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-901 (Campus da USP).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FEARP/USP: Av. Bandeirantes, 3900 – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-905 (Campus da USP).

- 5.3. Os serviços regulares (manutenção preventiva) serão prestados no seguinte horário: **08h00 às 17h00.**

Além das visitas preventivas obrigatórias, a CONTRATADA deverá atender a chamados emergenciais (resgate de passageiros) para intervenção técnica corretiva, no prazo máximo de 01 (uma) hora após o chamado, disponibilizando plantão 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana. Para chamados corretivos não emergenciais, de natureza comum, o prazo para atendimento será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas, conforme memorial descritivo em anexo.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.5.1. **Materiais de consumo, tais como óleo lubrificante, graxas, estopas, lixas, ferramentas, eletrodos, solda, zarcão, líquidos antiferrugem, trinchas, etc, os quais deverão ser originais ou de recomendação dos fabricantes dos elevadores/plataformas elevatórias presentes neste Edital. Entenda-se por materiais de consumo aqueles cuja troca ocorra com periodicidade indicada pelo fabricante e aqueles necessários à realização das manutenções preventivas. Vide lista de materiais em anexo.**
 - 5.5.2. **Fornecimento eventual de peças e/ou componentes para reposição e/ou substituição conforme memorial descritivo.**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 5.5.3. Todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a adequada realização dos serviços, sobre os quais assumirá responsabilidade e o ônus pelo seu fornecimento, sendo que seus custos deverão estar previstos nos custos dos serviços de manutenção.
- 5.5.4. Placas ou adesivos informativos com dados de contato para acionamento emergencial a serem fixados no interior da cabina de cada elevador.
- 5.5.5. A integridade dos equipamentos e dos funcionários da CONTRATADA será considerado encargo da CONTRATADA, sendo que não serão acatadas reclamações relativas a acidentes de qualquer natureza.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 5.6.1. Será exigido do funcionário da CONTRATADA apresentar o atestado de capacitação para as normas regulamentadoras NR-10;
 - 5.6.2. Materiais de consumo deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, conforme item 5.5.1;
 - 5.6.3. Periodicidade de Manutenção preventiva, conforme Memorial Descritivo;
 - 5.6.4. Prestação de serviços de manutenção emergencial poderá ocorrer 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana. O chamado de emergência para resgate de pessoa presa em elevador deverá ser atendido pela Contratada em qualquer dia da semana, 24 horas por dia, no prazo máximo de 01 (uma) hora.
 - 5.6.5. Eventuais manutenções CORRETIVAS sob demanda, conforme Memorial Descritivo.
 - 5.6.6. Para a FORP/USP os itens referentes a serviços de fornecimento eventual de peças e/ou componentes para reposição e/ou substituição, são quantificados e pagos conforme a demanda efetiva, nos quais a CONTRATADA fará jus ao recebimento do pagamento das peças de reposição/substituição efetivamente utilizadas no serviço, conforme Memorial Descritivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 5.6.7. Para a FEARP/USP e a FFCLRP/USP, eventuais peças de reposição e/ou substituição serão adquiridas por processo à parte, ou seja, não serão fornecidas necessariamente pela contratada.
- 5.6.8. Nos custos dos serviços devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto.
- 5.6.9. É vedado o emprego de materiais de reposição, peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a empresa sempre empregar no serviço de manutenção, peças e componentes novos, seguindo às especificações do fabricante. Em caso de não disponibilidade de peças novas no mercado, somente será possível a utilização de peças e/ou componentes reconicionados com prévia autorização expressa da CONTRATANTE.
- 5.6.10. No atendimento aos serviços de manutenções, os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados com crachá e uniforme, sendo obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 5.6.11. O serviço de manutenção deverá ser prestado para os elevadores listados no Memorial Descritivo, os quais estão instalados em 14 locais diversos dentro do Campus USP de Ribeirão Preto, conforme Memorial Descritivo.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- V.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;
- V.8.1. Disponibilizar o elevador em plenas condições de funcionamento e segurança ao término do contrato;
- V.8.2. Todas as pendências de manutenção preventiva e/ou corretiva referentes ao período de contrato deverão ser sanadas antes da última medição.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto o **CONTRATADO**, hipótese em que o **CONTRATADO** designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

6.17. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.1.1.4. Incorra em uma ou mais ocorrências previstas no Anexo 5 - Instrumento de Medição de Resultado.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados do dia seguinte ao recebimento provisório do serviço, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto;
 - b) A entrega da documentação fiscal completa;
 - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.18. Havendo atraso no pagamento por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado.

7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.

7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.24.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação (Pregão), **na forma eletrônica**, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MAIOR DESCONTO**.

Forma de fornecimento

8.2. **A execução do objeto será continuado.**

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.16. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:**

inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Ato de autorização para o exercício da atividade de **manutenção preventiva e corretiva de elevadores**, expedido por **CREA ou CRT**.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.29. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;
- 8.33. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.33.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação Técnica

- 8.34. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.35. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.36. Registro ou inscrição do fornecedor na entidade profissional **expedido por Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), ou órgão de Classe correspondente, em plena validade.**
- 8.36.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.37. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.37.1.1. **Atestados de Capacidade Técnica ACERVADOS junto ao Órgão de Classe, em nome da Empresa Licitante, comprovando a prestação de serviço de Manutenção Preventiva e Manutenção corretiva em Transportadores Estacionários de Pessoas/elevadores.**
- 8.37.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
- 8.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.37.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.37.5. **Registro do Responsável Técnico pela condução do serviço, junto órgão de Classe, vigente no ano corrente (ou seja, ano de execução dos serviços).**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.37.6. **A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou ainda no caso de profissional autônomo, mediante contrato particular entre a licitante e o profissional, pelo qual obrigue a realizar os serviços correspondentes e a funcionar como responsável técnico.**

Outras comprovações

8.38. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:

- a) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição federal;
- b) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- c) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso;

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

- 8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.39.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.39.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
- 8.39.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.39.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.39.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.40. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.40.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).

8.40.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).

8.41 Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.

8.41.1 Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico ([§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).

8.41.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ([§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 524.304,00**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 9.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/Unidade: **102146**;
 - II. Fonte de Recursos: **Tesouro Estadual**;
 - III. Programa de Trabalho: **122.4807**;
 - IV. Elemento de Despesa: **339030**;
 - V. Plano Interno: **1**.
- 9.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ribeirão Preto, data da última assinatura eletrônica das partes.

Luís Felipe Borges Taveira

Analista para Assuntos Administrativos

Com base no TRP elaborado por Tatiana Angeli Passos e Heitor Gonzalez Sasaki



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO I

LISTA DE PEÇAS E MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS SEM CUSTO ADICIONAL

1. Equipamentos

Nº	Tipo de eq.	Sistema de tração	N. de paradas	Quantidade
1	Elevador	Hidráulico	2 a 5	2
2	Elevador	Eletromecânico	2 a 5	9
3	Elevador	Eletromecânico	6 a 10	1
4	Plat. Elevatória	Eletromecânico	2 a 5	2

2. Serviços e condições

Manutenção preventiva: mensal.

Manutenção corretiva: por demanda, chamados ilimitados.

Atendimento emergencial (resgate de pessoas): até 1 hora, 24/7.

Vigência contratual: 24 meses, com possibilidade de prorrogação de até 10 anos.

3. Peças fornecidas sem custo adicional

Sistema de portas (cabina e pavimento): correia dentada, corrediça, excêntrico para roldana, braço do operador, contato do miolo do trinco.

Sistema de freio e tração: lona de freio, parafuso do êmbolo, correias diversas, correntes mecânicas.

Sistema elétrico e de comando: campainha, relés, disjuntor, contator, placas de comando.

Sinalização e comando do usuário: botoeiras, lâmpadas, sensores, placas e adesivos.

Itens de fixação e consumo geral: arruelas, parafusos, porcas, fitas, colas, tintas, cabos e fios.

4. Entregáveis obrigatórios



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PMOC Mensal

Relatórios detalhados de manutenção preventiva e corretiva.

Laudo de Avaliação de Risco inicial e em caso de acidente, com projeto executivo.

Relatório de Inspeção Anual (RIA).

ART/RRT para PMOC, laudos e serviços técnicos.

Placa/adeseivo informativo com contatos de emergência.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO II

RELAÇÃO COMPLETA COM ESPECIFICAÇÕES DOS ELEVADORES DA FORP, FEARP E FFCLRP DA USP

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FEA-RP.

Item 01 - Bloco B1

Categoria	Característica
Tipo de elevador	Hidráulico
Fabricante	Bass
Comando	Addtech
Casa de máquinas	Localizada no mezanino, no meio do prédio
Aparelho seletor	Sensor magnético
Percurso aproximado (m)	06 metros
Velocidade (m/min)	60 m/min
Potência (CV)	13 CV
Sistema de transmissão	Hidráulico
Porta cabina	Abertura lateral automática
Porta Pavimento	Abertura lateral
Aparato de segurança	Válvula de controle de fluxo
Manobra	Automática, sem ascensorista
Cabos	não se aplica
Freios	não se aplica
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10 x 2,30 x 1,40
Número de paradas	02
Tipo da tração	Direta
Capacidade máxima	08 pessoas / 600 kg

Item 02 - Bloco B2

Categoria	Característica
Tipo de elevador	Eletromecânico sem casa de máquinas
Fabricante	Bass
Comando	Addtech
Casa de máquinas	Inexistente. Quadro de comando e máquina de tração localizados no 1º andar
Aparelho seletor	Microprocessador / inversor / contadores / comando
Percurso aproximado (m)	15
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	5.5
Sistema de transmissão	Polia
Porta cabina	Abertura lateral automática / barreira infravermelho
Porta Pavimento	Lateral
Aparato de segurança	Limitador
Manobra	Automática, sem ascensorista
Cabos	4 5/16
Freios	Disco lonas
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10 x 2,10 x 1,40
Peso da cabina (kg)	400
Peso do contrapeso (kg)	850
Número de paradas	03
Tipo da tração	1 x 1
Capacidade máxima	08 pessoas / 600 kg

Item 03 - Bloco C1

Categoria	Característica
Tipo de elevador	Eletromecânico
Fabricante	Basic
Comando	Addtech
Casa de máquinas	Localizada no 2º andar
Aparelho seletor	Chave / indução / placas
Percurso aproximado (m)	16
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	5.5
Sistema de transmissão	Polia
Porta cabina	Abertura lateral automática / barreira infravermelho
Porta Pavimento	Lateral
Aparato de segurança	Limitador
Manobra	Automática, sem ascensorista
Cabos	4 3/8
Freios	Disco
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10 x 2,10 x 1,40
Peso da cabina (kg)	450
Peso do contrapeso (kg)	650
Número de paradas	03
Tipo da tração	1 x 1
Capacidade máxima	08 pessoas / 600 kg

Item 04 - Bloco C2

Categoria	Característica
Tipo de elevador	Eletromecânico
Fabricante	Bass
Comando	Addtech
Casa de máquinas	Inexistente. Quadro de comando e máquina de tração localizados no 2º andar
Aparelho seletor	Microprocessador / inversor / contadores
Percurso aproximado (m)	16
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	5.0
Sistema de transmissão	Polia
Porta cabina	Abertura lateral automática / barreira infravermelho
Porta Pavimento	Lateral
Aparato de segurança	Limitador
Manobra	Automática, sem ascensorista
Cabos	4 3/8
Freios	Disco lonas
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10 x 2,10 x 1,50
Peso da cabina (kg)	450
Peso do contrapeso (kg)	650
Número de paradas	06
Tipo da tração	1 x 1
Capacidade máxima	08 pessoas / 600 kg

Item 05 – Plataforma Elevatória do TEIAS

Categoria	Característica
Tipo de elevador	Eletromecânico com inversor de frequência
Fabricante	Alves Elevadores
Comando	VLT – micro drive
Casa de máquinas	Quadro de comando localizado no térreo
Aparelho seletor	Micro processador
Percurso aproximado (m)	03 metros
Velocidade (m/min)	4 m/min
Potência (CV)	5 CV
Sistema de transmissão	Fuso
Porta cabina	Barreira infravermelho
Porta Pavimento	Abertura lateral / manual
Aparato de segurança	Mecânico
Manobra	Automática, sem ascensorista
Cabos	não se aplica
Freios	não se aplica
Dimensões da cabina (L x A x P m)	0,88 x 2,10 x 1,35
Peso da cabina (kg)	150 kg
Peso do contrapeso (kg)	não se aplica
Número de paradas	02
Tipo da tração	1 x 1
Capacidade máxima	250 kg / 03 pessoas



Relação de Elevadores e Plataformas Elevatórias da FORP/USP

Item 1 – Bloco P

Categoria	Característica
Local de Instalação	Bloco P (Supervisão de Clínicas Odontológicas)
Tipo de elevador	Eletromecânico com casa de máquinas
Fabricante	Zenit
Comando	Dual Baby98
Casa de máquinas	Localizada no 3º andar
Aparelho seletor	Sensor magnético
Percurso aproximado (m)	09 metros
Velocidade (m/min)	60 m/min
Potência (CV)	6
Sistema de transmissão	Polia
Porta cabina	Abertura lateral automática
Porta Pavimento	Abertura lateral
Aparato de segurança	Limitador
Manobra	Automática sem ascensorista
Cabos	3 x 8mm
Freios	Disco
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,05 x 2,05 x 1,43
Peso da cabina (kg)	300kg
Peso do contrapeso (kg)	400kg
Número de paradas	3
Tipo da tração	4 x 1
Capacidade máxima	08 pessoas / 600kg



Item 2 – Bloco M

Categoria	Característica
Local de Instalação	Bloco M (Clínica de Pacientes Especiais)
Tipo de elevador	Hidráulico
Fabricante	GMV LA
Comando	Scarchip SC6915
Casa de máquinas	Localizada no 1º andar
Aparelho seletor	Sensor magnético
Percurso aproximado (m)	06 metros
Velocidade (m/min)	60 m/min
Potência (CV)	4
Sistema de transmissão	Hidráulico
Porta cabina	Abertura lateral automática
Porta Pavimento	Abertura lateral
Aparato de segurança	Freio de segurança
Manobra	Automática
Cabos	NA
Freios	NA
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10 x 2,16 x 1,45
Peso da cabina (kg)	300kg
Peso do contrapeso (kg)	NA
Número de paradas	2
Tipo da tração	Indireta
Capacidade máxima	04 pessoas / 300kg



Item 3 – Bloco D

Categoria	Característica
Local de Instalação	Bloco D
Tipo de elevador	Plataforma Elevatória Eletromecânica para acessibilidade
Fabricante	Alfa elevadores
Comando	Verificar em vistoria prévia
Casa de máquinas	Localizada no primeiro andar
Aparelho seletor	Verificar em vistoria prévia
Percurso aproximado (m)	3,3 metros
Velocidade (m/min)	Verificar em vistoria prévia
Potência (CV)	Verificar em vistoria prévia
Sistema de transmissão	Caixa de redução / Polia
Porta cabina	Manual de giro
Porta Pavimento	Manual de giro
Aparato de segurança	Verificar em vistoria prévia
Manobra	Verificar em vistoria prévia
Cabos	2 x 3/8", aproximadamente
Freios	Verificar em vistoria prévia
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,05 x 2,10 x 1,45
Peso da cabina (kg)	Verificar em vistoria prévia
Peso do contrapeso (kg)	Verificar em vistoria prévia
Número de paradas	2
Tipo da tração	Verificar em vistoria prévia
Capacidade máxima	250kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Bloco 09 Exatas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Basic Elevadores
Comando	Comando micro processado VVVF
Casa de máquinas	Cobertura
Aparelho seletor	Automático coletivo seletivo na subida e na descida
Percurso aproximado (m)	4,05
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	8,5
Sistema de transmissão	Eletromecânico
Porta cabina	800x2000mm abertura lateral inox escovado
Porta Pavimento	800x2000mm
Aparato de segurança	Freio progressivo e limitador de velocidade
Manobra	Automática
Cabos	Cabos de Tração: 6 cabos de aço 8 x 19 x 3/8" (9,5 mm) Cabos do Regulador: 1 cabo de aço 8 x 19 x 1/4" (6,35 mm)
Freios	Tipo Sapata Freio Progressivo Tensão do freio de 220V
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10x2,20x1,40
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	Máquina de tração sem engrenagem Torin Drive SGD10-61P0-8mm-DV - 1m/s - 6,4Kw, 220V, 3f, 4 pólos - 1433 rpm - Redução 51:2 - 60m/min - Polia 340mm
Capacidade máxima	8 passageiros ou 600 kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Bloco 09-A Exatas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Basic Elevadores
Comando	Comando micro processado VVVF
Casa de máquinas	Cobertura
Aparelho seletor	Automático coletivo seletivo na subida e na descida
Percurso aproximado (m)	3,95
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	8,5
Sistema de transmissão	Eletromecânico
Porta cabina	800x2000mm abertura lateral inox escovado
Porta Pavimento	800x2000mm
Aparato de segurança	Freio progressivo e limitador de velocidade
Manobra	Automática
Cabos	Cabos de Tração: 6 cabos de aço 8 x 19 x 3/8" (9,5 mm) Cabos do Regulador: 1 cabo de aço 8 x 19 x 1/4" (6,35 mm)
Freios	Tipo Sapata Freio Progressivo Tensão do freio de 220V
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10x2,20x1,40
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	Máquina de tração sem engrenagem Torin Drive SGD10-61P0-8mm-DV - 1m/s - 6,4Kw, 220V, 3f, 4 pólos - 1433 rpm - Redução 51:2 - 60m/min - Polia 340mm
Capacidade máxima	8 passageiros ou 600 kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Bloco 10 Exatas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Basic Elevadores
Comando	Comando micro processado VVVF
Casa de máquinas	Sem casa de máquina
Aparelho seletor	Automático coletivo seletivo na subida e na descida
Percurso aproximado (m)	4,02
Velocidade (m/min)	45
Potência (CV)	8,5
Sistema de transmissão	Eletromecânico
Porta cabina	800x2000mm abertura lateral inox escovado
Porta Pavimento	800x2000mm
Aparato de segurança	Freio progressivo e limitador de velocidade
Manobra	Automática
Cabos	Cabos de Tração: 6 cabos de aço 8 x 19 x 5/16" (7,9375 mm) Cabos do Regulador: 1 cabo de aço 8 x 19 x 5/16" (7,9375 mm)
Freios	Tipo Sapata Freio progressivo Tensão do freio de 220V
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,10x2,20x1,40
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	Máquina de tração sem engrenagem Torin Drive SGD10-61P0-8mm-DV - 1m/s - 6,4Kw, 220V, 3f, 4 pólos - 1433 rpm - Redução 51:2 - 60m/min - Polia 340mm
Capacidade máxima	8 passageiros ou 600 kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Blocos 02/03 Exatas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Belgo
Comando	Contatores
Casa de máquinas	Com casa de máquinas
Aparelho seletor	Botões
Percurso aproximado (m)	6
Velocidade (m/min)	22
Potência (CV)	3
Sistema de transmissão	Redutor
Porta cabina	1040x19500mm
Porta Pavimento	800x2150mm
Aparato de segurança	Freio mecânico por cabo auxiliar
Manobra	Cabo flexível
Cabos	Cabos de Tração: 6 cabos de aço 8 x 19 x 3/8" (9,5mm) Cabos do Regulador: 1 cabo de aço 8 x 19 x 1/4" (6,35mm)
Freios	Bobina elétrica (Pinças)
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1006x2,10x1,29
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	Motor elétrico com redutor
Capacidade máxima	210 kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Blocos 06/07 Exatas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Belgo
Comando	Contatores
Casa de máquinas	Com casa de máquinas
Aparelho seletor	Botões
Percurso aproximado (m)	6
Velocidade (m/min)	22
Potência (CV)	3
Sistema de transmissão	Redutor
Porta cabina	1040x19500mm
Porta Pavimento	800x2150mm
Aparato de segurança	Freio mecânico por cabo auxiliar
Manobra	Cabo flexível
Cabos	Cabos de Tração: 6 cabos de aço 8 x 19 x 3/8" (9,5mm) Cabos do Regulador: 1 cabo de aço 8 x 19 x 1/4" (6,35mm)
Freios	Bobina elétrica (Pinças)
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1006x2,10x1,29
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	Motor elétrico com redutor
Capacidade máxima	210 kg



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP

Divisão Administrativa

"Campus" de Ribeirão Preto

Relação de elevadores e plataformas elevatórias da FFCLRP

Categoria	Característica
Local de instalação	Bloco 37 Humanas
Tipo de elevador	Elétrico
Fabricante	Montele
Comando	Comando micro processado VVVF
Casa de máquinas	Sem casa de máquina
Aparelho seletor	
Percurso aproximado (m)	4
Velocidade (m/min)	6
Potência (CV)	3
Sistema de transmissão	Acionamento elétrico
Porta cabina	porta pivotante 900x2000mm
Porta Pavimento	900x2000mm
Aparato de segurança	
Manobra	Simples
Cabos	
Freios	
Dimensões da cabina (L x A x P m)	1,1x2,1x1,60
Número de paradas	Duas
Tipo da tração	
Capacidade máxima	1 cadeirante e 1 acompanhante ou 340 kg

ANEXO 3 – MEMORIAL DESCRITIVO
Serviço Especializado de Manutenção Preventiva e Corretiva de
Elevadores e Plataformas Elevatórias de Pessoas

DADOS GERAIS

Universidade de São Paulo – USP – Campus Ribeirão Preto

Unidades contratantes:

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP/USP
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP/USP
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP/USP

Endereços:

- FORP/USP – Avenida do Café, s/n, Campus da USP, Ribeirão Preto – SP – CEP 14040-904.
- FFCLRP/USP – Avenida Bandeirantes, 3.900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP – CEP 14040-901.
- FEARP/USP – Avenida Bandeirantes, 3.900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP – CEP 14040-905.

E-mails de contato:

- Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto: atad@forp.usp.br
- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto: atad@fearp.usp.br
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: atad@ffclrp.usp.br

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias com fornecimento de materiais de consumo e eventual fornecimento de peças e/ou componentes para reposição/substituição, assegurando o perfeito funcionamento, desempenho e segurança dos equipamentos instalados nas unidades acima identificadas.

Vigência contratual: 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021, desde que demonstrado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

1. OBJETO

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias de pessoas, com fornecimento de materiais de consumo e lubrificantes, instalados nas unidades da Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto, a saber: Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP/USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP) e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP).

1.1. Relação dos Equipamentos

1.1.1. Os serviços abrangem os equipamentos listados na tabela a seguir. As especificações técnicas detalhadas de cada equipamento constam no ANEXO 2 – RELAÇÃO COMPLETA COM ESPECIFICAÇÕES DOS ELEVADORES DA FORP, FEARP E FFCLRP DA USP.

EQUIPAMENTO	UNIDADE	MARCA	TIPO	CAPACIDADE	LOCAL
1	FORP	ZENIT	ELETROMECAÂNICO COM CASA DE MÁQUINAS E 3 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO P
2	FORP	GMV LA	HIDRÁULICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	04 PESSOAS/300KG	BLOCO M
3	FORP	ALFA	PLATAFORMA ELEVATÓRIA ELETROMECAÂNICA DE 2 PARADAS	250 KG	BLOCO D
4	FEA-RP	BASS	HIDRÁULICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO B1
5	FEA-RP	BASS	ELETROMECAÂNICO SEM CASA DE MÁQUINAS E 3 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO B2
6	FEA-RP	BASIC	ELETROMECAÂNICO COM CASA DE MÁQUINAS E 3 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO C1
7	FEA-RP	BASS	ELETROMECAÂNICO SEM CASA DE MÁQUINAS E 6 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO C2
8	FEA-RP	ALVES ELEVADORES	ELETROMECAÂNICO COM INVERSOR DE FREQUÊNCIA E 2 PARADAS	03 PESSOAS/250KG	PLATAFORMA ELEVATÓRIA DO TEIAS
9	FFCLRP	BASIC	ELETROMECAÂNICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO 09 - EXATAS
10	FFCLRP	BASIC	ELETROMECAÂNICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	08 PESSOAS/600KG	BLOCO 09-A - EXATAS
11	FFCLRP	BASIC	ELETROMECAÂNICO	08 PESSOAS/600KG	BLOCO 10 -

			SEM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS		EXATAS
12	FFCLRP	BELGO	ELÉTRICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	210 KG	BLOCOS 02/03 - EXATAS
13	FFCLRP	BELGO	ELÉTRICO COM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	210 KG	BLOCOS 06/07 - EXATAS
14	FFCLRP	MONTELE	ELÉTRICO SEM CASA DE MÁQUINAS E 2 PARADAS	340 KG	BLOCO 37 - HUMANAS

- 1.1.2. Para sanar dúvidas sobre os equipamentos ou o escopo dos serviços, as licitantes poderão realizar vistoria prévia, conforme orientações constantes no Termo de Referência.

2. BASE LEGAL E NORMATIVA

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente à seguinte legislação e às seguintes normas técnicas:

- Lei n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- NBR 16083:2012 – Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes: procedimentos;
- NBR 16858:2020 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- NBR 5665:1983 – Cálculo de tráfego nos elevadores;
- NR-06 (MTE) – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- NR-10 (MTE) – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade;
- NR-12 (MTE) – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- NR-35 (MTE) – Trabalho em Altura;
- Portaria MTE n.º 3.214/1978 e alterações posteriores;
- Normas CONFEA/CREA e CFT aplicáveis;
- Demais normas técnicas, legislações estaduais, municipais e universitárias aplicáveis ao objeto.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados compreendem a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos listados no item 1.1, abrangendo os itens descritos nas seções seguintes.

3.1. Disposições Gerais da Execução

- 3.1.1. Todos os serviços deverão obedecer rigorosamente aos manuais dos fabricantes, às normas da ABNT e às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-06, NR-10, NR-12 e NR-35, bem como à NBR 16083:2012 e NBR 16858:2020.
- 3.1.2. A CONTRATADA deverá efetuar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos seguintes itens, sem caráter exaustivo: relés, chaves, contadores, conjuntos eletrônicos e demais componentes dos armários de comando, seletor, despacho, redutor, polia, rolamentos, mancais e freio da máquina de tração, coletor, escovas, rolamentos e mancais de motor e gerador, limitador de velocidade, aparelho seletor, fita, pickups, cavaletes, interruptores e indutores, limites, guias, cabos de aço, cabos elétricos, dispositivos de segurança, contrapeso, para-choques, polias diversas, rampas mecânicas e eletromagnéticas, cabina, portas, operadores elétricos, fechadores, trincos, fixadores, tensores, corrediças, botoeiras, sinalizadores e nos demais equipamentos, itens e peças que vierem a ser necessários, procedendo a testes, lubrificação, regulagem, limpeza e pequenos reparos.
- 3.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional à CONTRATANTE, todos os materiais de consumo e lubrificantes necessários, tais como: graxas, estopas, varsol, querosene, eletrodos, solda, materiais de limpeza, zarcão, líquidos antiferrugem, trinchas, tintas e afins. A lista de materiais de consumo a serem fornecidos sem custo adicional consta no ANEXO 1 – LISTA DE PEÇAS E MATERIAIS A SEREM FORNECIDAS SEM CUSTO ADICIONAL.
- 3.1.4. Os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados e especializados, uniformizados e identificados por crachá com foto recente, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias ao desempenho das atividades.
- 3.1.5. Caso algum elevador apresente irregularidade que comprometa a segurança, seu funcionamento deverá ser interrompido imediatamente, comunicando-se o fato, por escrito, à CONTRATANTE.
- 3.1.6. A CONTRATADA deverá impedir o ingresso e a intervenção de terceiros nas casas de máquinas, mantendo-as sempre trancadas e sob controle exclusivo de seus técnicos, em conformidade com a NBR 16858:2020.
- 3.1.7. A CONTRATANTE deverá manter as casas de máquinas, seus acessos, caixas de poço e demais dependências correlatas livres, desimpedidas e protegidas contra infiltrações, conforme NBR 16858:2020.
- 3.1.8. **A execução dos serviços abrange mão de obra, materiais de consumo, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas diretas e indiretas**

necessárias, sendo vedada qualquer cobrança adicional a esse título.

- 3.1.9. É obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados a cada atividade. O fornecimento, a manutenção e a fiscalização do uso dos EPIs são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 3.1.10. A CONTRATADA deverá isolar e sinalizar as áreas de risco durante a execução dos serviços, instalando cercas, barreiras, tapumes ou outras formas de sinalização para proteger terceiros.
- 3.1.11. Todos os equipamentos e ferramentas utilizados deverão possuir sistema de proteção elétrica adequado, a fim de evitar danos à rede e garantir a segurança operacional.
- 3.1.12. Nos casos em que houver necessidade de retirada de componentes para manutenção em oficina da CONTRATADA, o transporte correrá por conta e risco da CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 3.1.13. A CONTRATADA assumirá pelo prazo de 90 (noventa) dias após a expiração ou rescisão do contrato a responsabilidade por falhas devidamente comprovadas como decorrentes de sua atuação, arcando com os custos de correção.
- 3.1.14. A presente contratação não implica vínculo empregatício de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 3.1.15. Todos os resíduos e materiais substituídos deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) e demais normas vigentes.
- 3.1.16. A CONTRATADA comunicará por escrito e de imediato qualquer irregularidade atribuível a terceiros. Na ausência dessa comunicação, a responsabilidade será integralmente da CONTRATADA.
- 3.1.17. Serão de responsabilidade da CONTRATADA os reparos e substituições decorrentes de atos culposos ou danos causados por seus empregados ao patrimônio da CONTRATANTE.
- 3.1.18. A CONTRATADA somente não será responsável por danos quando houver recomendação formal de providências por parte da mesma e estas não tiverem sido adotadas pela CONTRATANTE, ficando tal situação devidamente documentada. Estão também excluídas as responsabilidades da CONTRATADA nos casos de força maior ou caso fortuito externo (art. 393 do Código Civil e art. 137 da Lei n.º 14.133/2021), tais como greves gerais, incêndios, inundações e explosões não relacionadas à operação dos equipamentos.
- 3.1.19. Serviços executados em desacordo com as normas regulamentadoras e técnicas aplicáveis deverão ser prontamente refeitos às expensas da CONTRATADA.
- 3.1.20. A CONTRATADA deverá refazer, às suas custas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela Fiscalização, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção.

3.2. Habilitação Técnica do Quadro da CONTRATADA

- 3.2.1. A empresa CONTRATADA deverá possuir em seu quadro técnico Engenheiro Mecânico ou Eletricista, ou profissional equivalente, conforme normas do CONFEA/CREA, que assumirá a Responsabilidade Técnica pelos serviços de manutenção, com o

recolhimento anual da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); ou Técnico Industrial com habilitação em Mecânica, conforme normas do CFT, com registro e recolhimento do respectivo Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).

- 3.2.2. A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA a ART ou TRT correspondente ao objeto licitado, conforme o caso.
- 3.2.3. Antes do início das atividades, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação relativa aos empregados alocados no contrato:
 - Cópia do registro do(s) empregado(s);
 - Cópia da ficha de fornecimento de EPIs devidamente atualizada;
 - Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) atualizado;
 - Cópia do certificado de conclusão do Curso de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade – NR-10 Básico;
 - Cópia do certificado de conclusão do Curso de Trabalho em Altura (NR-35), para todos os empregados autorizados para trabalho em altura.
- 3.2.4. A CONTRATADA deverá informar, por escrito, os nomes dos técnicos designados para a execução dos serviços, atualizando esta relação sempre que houver substituição.
- 3.2.5. A CONTRATADA deverá manter corpo técnico adequado, devidamente treinado e qualificado para a realização de todos os serviços necessários à boa conservação dos elevadores, em número suficiente para a execução simultânea das atividades quando necessário.

4. PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.1. Disposições Gerais

- 4.1.1. As atividades de manutenção preventiva deverão ser executadas mensalmente, de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado pela CONTRATADA, em conformidade com a NBR 16083:2012 e demais normas aplicáveis.
- 4.1.2. O PMOC deverá assegurar o perfeito funcionamento, desempenho e segurança dos equipamentos, contemplando inspeções, lubrificações, ajustes, testes, limpeza e substituições preventivas.
- 4.1.3. A CONTRATADA poderá adaptar as atividades previstas nas tabelas da NBR 16083:2012 para melhor ajuste do PMOC às características dos equipamentos e ao tipo de uso, desde que em conformidade com as recomendações do fabricante e mediante aprovação formal e prévia pela CONTRATANTE.
- 4.1.4. Não é permitida a alteração nas características técnicas dos equipamentos ou qualquer adaptação de qualquer natureza, salvo se devidamente aprovada por escrito pela Fiscalização.

4.2. Conteúdo Mínimo do PMOC

- 4.2.1. O PMOC deverá conter, no mínimo:

- As atividades a serem executadas no mês, de modo a cumprir o disposto na NBR 16083:2012, em periodicidade determinada pelo Responsável Técnico da CONTRATADA;
- Identificação completa da CONTRATANTE: nome, endereço, telefone e e-mail;
- Dados completos da CONTRATADA: nome/razão social, CNPJ, endereço completo, número do CREA ou CFT e número da ART ou TRT, conforme o caso;
- Campos para assinatura do Responsável Técnico da CONTRATADA e da Fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. Agendamento e Execução das Visitas Preventivas

- 4.3.1. As visitas técnicas mensais de manutenção preventiva deverão ser previamente agendadas pela CONTRATADA com o representante da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, pelos meios de comunicação oficiais disponibilizados.
- 4.3.2. As manutenções preventivas deverão ser realizadas preferencialmente dentro da primeira quinzena de cada mês, em dia útil (segunda a sexta-feira, exceto feriados), das 8h às 17h. Não será concedido acesso para execução de qualquer serviço sem agendamento prévio.
- 4.3.3. Quaisquer alterações no agendamento deverão ser comunicadas com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à Fiscalização.
- 4.3.4. As visitas preventivas mensais deverão contemplar a inspeção detalhada de todos os sistemas: casa de máquinas, caixa de corrida, poço, pavimentos, quadro de comando, conjunto de tração, cabos e sistemas de frenagem, com ênfase nos dispositivos de segurança.
- 4.3.5. Durante as visitas, a CONTRATADA deverá realizar limpeza completa no topo do carro, lubrificação do passadiço, ajuste das portas e limpeza dos poços, além dos demais procedimentos de conservação previstos no PMOC.
- 4.3.6. Fora do horário comercial, a CONTRATADA deverá manter serviço de plantão destinado ao atendimento emergencial de ocorrências que comprometam o funcionamento dos elevadores.

4.4. Serviços Adicionais Incluídos na Manutenção Preventiva

- 4.4.1. Em até 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual – e anualmente, em caso de prorrogação – deverá ser executado serviço de polimento e brilho das cabinas dos elevadores, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 4.4.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especificados pelo fabricante, quer na substituição de equipamentos, componentes e peças que se enquadrem como materiais de consumo, conforme ANEXO 1.

4.5. Cronograma de Atividades Preventivas

- 4.5.1. As atividades de manutenção preventiva deverão seguir, no mínimo, a periodicidade indicada na tabela abaixo. A legenda de periodicidade é a seguinte:

SIGLA	PERIODICIDADE
M	Mensalmente
B	Bimestralmente
S	Semestralmente
A	Anualmente

SERVIÇO / ATIVIDADE	M	B	S	A
POLIAS DE COMPENSAÇÃO E ESTICADORAS				
Inspecionar quanto à excentricidade e lubrificar.	X			
QUADROS DE COMANDO				
Fazer a remoção de poeira nos quadros.			X	
Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos.	X			
Inspecionar e ajustar temporizadores, relés, chaves com mau contato e circuitos de proteção.	X			
Inspecionar os LEDs de monitoração (interface homem/máquina) dos comandos microprocessados.	X			
Reaperto dos quadros de comando e alimentador.				X
CABINAS				
Remover o lixo acumulado nas soleiras das cabinas.	X			
Remover toda a poeira das faces internas e externas das portas, inclusive a face interna do vidro panorâmico.	X			
Inspecionar vibrações e/ou ruídos anormais na movimentação da cabina.	X			
Remover material depositado nas suspensões.	X			
Inspecionar excentricidade da polia da cabina.	X			
Limpar as barras articulares e lubrificá-las.	X			
Remover poeira das grades de ventilação.	X			
Remover lixo e poeira da tampa do teto; remover insetos nas tampas de iluminação.	X			
Limpar e inspecionar o funcionamento e nível de ruídos dos ventiladores.	X			
Liberar o dispositivo de desengate para aplicação de fina camada de óleo.	X			

SERVIÇO / ATIVIDADE	M	B	S	A
Lubrificar os conjuntos operadores das portas e ajustar correias.	X			
Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento.	X			
Inspecionar o funcionamento dos aparelhos de comunicação.	X			
Inspecionar botoeiras, botão de emergência, sinalizadores e iluminação normal e de emergência.	X			
Inspecionar o funcionamento da barra de proteção eletrônica.	X			
Inspecionar dispositivo que impede movimento do carro com portas abertas e que impede abertura das portas com o carro em trânsito.	X			
Inspecionar terminais elétricos no topo da cabina quanto ao estado geral e fixação.	X			
Inspecionar os comandos localizados sobre a cabina.	X			
Lubrificar polia da cabina.	X			
Inspecionar o desgaste dos coxins ou roletes, ajustando se necessário.		X		
Testar o dispositivo de segurança que limita carga.			X	
Testar o funcionamento do freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.			X	
Inspecionar botoeiras de emergência e comandos auxiliares acima da cabina.			X	
CABOS DE AÇO				
Limpar e lubrificar.	X			
Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e tranças.	X			
Ajustar tensões dos cabos de tração e compensação.			X	
CAIXA				
Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias de cabina e contrapesos.				X
CONTRAPESOS				
Ajustar a folga excessiva entre deslizantes.	X			
Inspecionar excentricidade da polia intermediária.	X			
Lubrificar polia intermediária.	X			
Remover poeira da suspensão.		X		
EIXO SEM FIM				
Inspecionar o eixo sem fim e o controlador de velocidade.	X			

SERVIÇO / ATIVIDADE	M	B	S	A
Testar acionamento elétrico e mecânico do controlador de velocidade.			X	
FREIOS				
Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo e nivelamento na parada.	X			
Lubrificar o conjunto de freios.	X			
Limpar as sapatas e tambores, removendo todo o lubrificante excedente.	X			
Fazer teste de funcionalidade de freios de segurança e limitadores de velocidade, com fornecimento de laudo.				X
MOTOR DE CA				
Remover a poeira do motor.	X			
Inspecionar o motor quanto à temperatura de funcionamento e ruído; estabelecer parâmetros de normalidade e submeter à aprovação da CONTRATANTE.	X			
PARA-CHOQUE				
Inspecionar o nível de óleo do para-choque, completando-o se necessário.	X			
Inspecionar o aperto das porcas braçadeiras de apoio.	X			
Inspecionar espiras do para-choque tipo mola não linear.	X			
Inspecionar a integridade do para-choque tipo mola não linear.	X			
PAVIMENTOS				
Remover todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas).	X			
Limpar e inspecionar o estado das carretilhas e dos trincos, lubrificando os eixos; inspecionar as portas na atuação das carretilhas e do fechador mecânico.	X			
Ajustar folga excessiva nas carretilhas excêntricas das suspensões das folhas das portas.	X			
Inspecionar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabinas em cada pavimento.	X			
Inspecionar a simultaneidade da abertura das portas das cabinas com as de cada pavimento.	X			
Inspecionar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual das portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência.	X			
Inspecionar todos os botões de chamada e indicadores	X			

SERVIÇO / ATIVIDADE	M	B	S	A
visuais e sonoros de posição e movimentação.				
Inspecionar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos, substituindo-os se necessário.	X			
Varredura do poço do(s) elevador(es) e plataforma elevatória.		X		

- 4.5.2. Todos os serviços deverão ser realizados com base nas boas práticas de engenharia e manutenção, utilizando equipamentos e ferramentas apropriados e seguindo rigorosamente as recomendações do fabricante.
- 4.5.3. É vedada qualquer alteração no sistema de segurança ou nos parâmetros de operação dos equipamentos sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE.
- 4.5.4. O uso de peças reconcondicionadas é proibido, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, após apresentação de relatório técnico e orçamento comparativo com o custo de peça nova.
- 4.5.5. A CONTRATADA deverá manter registros históricos de todas as manutenções realizadas, incluindo substituições de peças, relatórios técnicos, medições e testes de segurança.
- 4.5.6. A não realização das manutenções dentro dos prazos previstos ou a constatação de falhas pela Fiscalização poderá ensejar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

4.6. Relatórios e Documentação da Manutenção Preventiva

- 4.6.1. Em todas as visitas preventivas, a CONTRATADA deverá apresentar relatórios técnicos detalhados dos serviços realizados, assinados pelo Responsável Técnico, em conformidade com a respectiva ART ou TRT, conforme o caso.
- 4.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar Relatório Mensal, assinado pelo seu Responsável Técnico, atestando a manutenção realizada, com indicação dos itens verificados e das correções realizadas, de acordo com o item 4.3.3.18 da NBR 16083:2012.
- 4.6.3. A CONTRATADA deverá registrar todas as intervenções em relatório próprio, constando: data, técnico responsável, serviços executados, observações pertinentes e assinatura da Fiscalização.
- 4.6.4. A cada visita, a CONTRATADA deverá relatar a análise geral do estado dos equipamentos e recomendar possíveis reparos, a fim de proporcionar o funcionamento eficiente, seguro e econômico dos mesmos.

5. MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.1. Disposições Gerais

- 5.1.1. As manutenções corretivas serão realizadas por demanda, sempre que ocorrerem falhas ou anomalias nos elevadores e plataformas elevatórias, mediante chamado da CONTRATANTE.
- 5.1.2. O serviço de manutenção corretiva deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma a garantir a pronta regularização de quaisquer irregularidades.
- 5.1.3. As visitas corretivas, desencadeadas por solicitação da CONTRATANTE, não poderão ser classificadas, ao mesmo tempo, como visitas preventivas, devendo obrigatoriamente ocorrer em ocasiões distintas e sem custos adicionais de mão de obra.
- 5.1.4. A manutenção corretiva deverá ser realizada com número ilimitado de chamados, devendo a CONTRATADA atender a todos os pedidos dentro dos prazos estabelecidos.
- 5.1.5. Entende-se por manutenção corretiva o serviço executado para a solução de problemas, defeitos ou danos que ocorram eventualmente, observando as boas práticas de manutenção, os critérios de conservação definidos pelos fabricantes dos equipamentos e as normas técnicas específicas de cada equipamento, de forma a garantir o perfeito restabelecimento do funcionamento e da operacionalidade dos equipamentos.

5.2. Plantão e Prazos de Atendimento

- 5.2.1. A CONTRATADA deverá manter esquema de plantão técnico 24h, com telefones de contato e equipe capacitada para atendimento imediato de emergências.
- 5.2.2. O atendimento emergencial para resgate de passageiros presos nos elevadores deverá ser iniciado em até 1 (uma) hora após o chamado, independente do horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 5.2.3. A CONTRATADA deverá atender a chamados para intervenções técnicas e corretivas comuns no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o chamado, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- 5.2.4. Na hipótese de que a normalização requeira dispêndio de mão de obra em quantidade superior à razoável, ou materiais não disponíveis no estoque de emergência, a regularização poderá ser postergada para o dia útil imediatamente posterior, durante o horário normal de trabalho da CONTRATADA, devendo tal situação ser formalmente comunicada à CONTRATANTE.
- 5.2.5. O custo com deslocamentos, plantões e serviços fora do horário comercial deverá estar incluso no valor global contratado, não sendo devidos acréscimos a título de horas extras ou atendimentos noturnos, em finais de semana ou feriados.

5.3. Registro e Abertura de Ordens de Serviço

- 5.3.1. As solicitações de manutenção corretiva serão efetuadas, preferencialmente, por contato telefônico, o que não impede que também seja feito contato por escrito, via e-mail, com a abertura das respectivas Ordens de Serviço (OS).

- 5.3.2. Após cada chamado, a CONTRATADA deverá abrir Ordem de Serviço (OS) para registro, controle e rastreabilidade das ações executadas.
- 5.3.3. Os serviços corretivos poderão ser solicitados por iniciativa da CONTRATADA, caso a equipe de manutenção detecte inconformidade ou defeito. Nessa situação, caberá à CONTRATADA notificar a Fiscalização e os gestores do contrato, que tomarão ciência e decidirão sobre a realização dos serviços.

5.4. Relatório Técnico de Manutenção Corretiva

- 5.4.1. Concluído o atendimento corretivo, a CONTRATADA deverá elaborar Relatório Técnico detalhado, contendo:
 - Descrição do defeito identificado;
 - Possíveis causas da falha;
 - Medidas saneadoras adotadas;
 - Peças e componentes substituídos;
 - Recomendações preventivas e de melhoria.
- 5.4.2. O relatório deverá ser acompanhado de registros fotográficos (antes e depois da intervenção), assinatura do técnico responsável e anuência do fiscal do contrato.
- 5.4.3. Caso a falha exija substituição de peças fora do estoque ou serviços externos, o relatório deverá justificar a necessidade e apresentar prazo de regularização.
- 5.4.4. As ocorrências e resultados de todas as manutenções corretivas deverão constar nos Relatórios Mensais de Manutenção, conforme item 4.3.3.11 da NBR 16083:2012.

5.5. Substituição de Peças na Manutenção Corretiva

- 5.5.1. Todas as peças substituídas deverão ser novas, originais e com garantia do fabricante, sendo proibida qualquer descaracterização do equipamento. O uso de peças recondicionadas somente é admitido mediante autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE, após apresentação de relatório técnico e orçamento comparativo.
- 5.5.2. Quando o recondicionamento for tecnicamente viável e autorizado, o valor máximo do serviço não poderá ultrapassar 50% do custo da peça nova, conforme orçamento apresentado.
- 5.5.3. Todas as peças defeituosas substituídas são de propriedade da CONTRATANTE e deverão ser entregues ao representante da mesma no ato da troca.
- 5.5.4. Quando uma falha corretiva reincidir, dentro do prazo de garantia da peça fornecida pela CONTRATADA, esta deverá: (a) efetuar o serviço de reparo sem custo adicional de peça e/ou serviço; (b) elaborar relatório específico explicando a reincidência; e (c) propor ações preventivas para evitar nova ocorrência.
- 5.5.5. A CONTRATADA não poderá utilizar peças e/ou componentes recondicionados sem prévia autorização expressa da CONTRATANTE.
- 5.5.6. É vedada a cobrança de mão de obra adicional para substituição de peças, já incluída no valor contratual da manutenção corretiva.
- 5.5.7. Nos custos das manutenções deverão estar inclusos aqueles relacionados à desmontagem, remontagem, retirada e transporte de

peças para locais de correção, caso seja necessário que a manutenção seja realizada fora das instalações da CONTRATANTE, sem ônus adicional.

- 5.5.8. Caso a CONTRATANTE opte por não autorizar determinado reparo, a CONTRATADA deverá reinstalar o componente original em seu local de origem, sem assumir responsabilidade sobre o funcionamento do equipamento, devendo tal situação ser documentada formalmente.

6. FLUXO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES DE REPOSIÇÃO

O fluxo para aquisição de peças e componentes de reposição difere conforme a unidade contratante. Em ambos os casos, a mão de obra de substituição e instalação é de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, uma vez que está inclusa no valor contratado para os serviços de manutenção preventiva e corretiva.

6.1. Fluxo Aplicável à FORP/USP

- 6.1.1. Constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá, em até 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento, apresentar ao Gestor do Contrato Relatório Técnico contendo: número do patrimônio e local de instalação do equipamento; identificação dos componentes defeituosos (marca, modelo e/ou número de série); especificações técnicas detalhadas dos referidos componentes; causa do defeito; descrição do serviço a ser executado; e orçamento prévio detalhado dos componentes, vedada a inclusão do custo de mão de obra.
- 6.1.2. Havendo necessidade de prazo maior para a apresentação do relatório, a CONTRATADA deverá formalizar comunicação imediata à CONTRATANTE, justificando e propondo novo prazo, o qual será avaliado pela Fiscalização.
- 6.1.3. A autorização para compra seguirá os critérios abaixo:
- Validação de Preços: a CONTRATANTE verificará a exequibilidade e compatibilidade dos preços apresentados pela CONTRATADA mediante pesquisa de mercado, podendo utilizar os seguintes parâmetros, de forma combinada ou não, nos termos do § 1.º do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021:
 - I. Mediana do item no Painel de Preços ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - II. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
 - III. Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

- IV. Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores;
 - V. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas.
 - Comparativo: será comparado o orçamento apresentado pela CONTRATADA com os valores obtidos pela CONTRATANTE.
 - Ajuste de Valores: caso o orçamento da CONTRATADA seja superior ao menor preço encontrado na pesquisa de preços realizada pela CONTRATANTE, aquela deverá adequar seu orçamento para o menor valor encontrado na pesquisa, acrescido de um BDI diferenciado (Benefícios e Despesas Indiretas) que cubra seus custos diretos e indiretos de aquisição e fornecimento da peça. Dessa forma, tem-se que:
 - I. O orçamento ajustado da CONTRATADA equivalerá ao menor preço encontrado pela CONTRATANTE acrescido de um BDI diferenciado para fornecimento de peças que cubra seus custos diretos e indiretos de aquisição e fornecimento da peça.
 - II. O BDI aplicado pela CONTRATADA não deverá ser superior ao BDI referencial de 15,28%
 - III. A composição do BDI diferenciado referencial para fornecimento de peças está detalhada no ANEXO 4.
 - Aprovação e Compra: em caso de compatibilidade entre o orçamento apresentado pela CONTRATADA e o menor preço encontrado pela CONTRATANTE na pesquisa de preços, a autorização para compra dependerá de empenho prévio do valor correspondente pela área financeira da CONTRATANTE. Após a autorização, a CONTRATADA enviará a Nota Fiscal para que a CONTRATANTE tome as providências de liquidação e pagamento.
- 6.1.4. No caso de fornecedor exclusivo de peça e/ou componente, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização carta de exclusividade deste fornecedor, nos termos do art. 74, I, da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.1.5. Os orçamentos devem conter a quantidade, a descrição completa do material e as especificações técnicas detalhadas, incluindo notas fiscais, recibos, tabelas do fabricante ou outros documentos válidos que possibilitem à CONTRATANTE aferir a compatibilidade dos preços com os valores de mercado.
- 6.1.6. Se a CONTRATANTE aprovar a cotação, a CONTRATADA estará autorizada a realizar a substituição de peças e/ou componentes. Não se contabilizará no prazo de execução o período transcorrido entre a apresentação do orçamento prévio e a autorização pela CONTRATANTE.
- 6.1.7. A CONTRATADA terá até 72 (setenta e duas) horas, a contar da aprovação do orçamento pela CONTRATANTE, para finalizar o reparo do equipamento e colocá-lo em operação regular.
- 6.1.8. Em caso de peça ou componente importado ou com fabricação sob demanda, deverá a CONTRATADA apresentar justificativa comprovada à CONTRATANTE, que decidirá sobre a dilação do prazo.

- 6.1.9. Caso a CONTRATANTE opte pela não execução do reparo, após análise dos orçamentos, a CONTRATADA ficará responsável pela remontagem do equipamento em seu local de origem e desobrigada de qualquer responsabilidade pelo não funcionamento daquele equipamento, devendo tal situação ser formalmente documentada.

6.2. Fluxo Aplicável à FEARP/USP e à FFCLRP/USP

- 6.2.1. Quando for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá, em até 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento, apresentar ao Gestor do Contrato Relatório Técnico indicando: número do patrimônio e local de instalação do equipamento; componente(s) defeituoso(s), com marca, modelo ou número de série; especificações técnicas detalhadas necessárias à aquisição; eventual motivo do defeito; descrição do serviço a ser realizado e peças a serem adquiridas.
- 6.2.2. A aquisição de peças, quando necessária, será realizada pela CONTRATANTE em processos à parte, por meio de pesquisa de preços e demais procedimentos previstos na Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores. Por esta razão, os valores das peças de reposição não devem ser incluídos na composição do valor mensal do contrato de manutenção.
- 6.2.3. A empresa CONTRATADA poderá apresentar orçamentos das peças de reposição para fins informativos, porém isso não obriga a CONTRATANTE a adquirir as peças ofertadas por ela.
- 6.2.4. A CONTRATADA deverá prestar apoio consultivo à CONTRATANTE no procedimento de aquisição de peças, visando esclarecer dúvidas quanto às especificações técnicas e à compatibilidade dos produtos obtidos de fornecedores externos.
- 6.2.5. O serviço de substituição e instalação das peças de reposição adquiridas pela CONTRATANTE deverá ser executado pela CONTRATADA, sem qualquer custo adicional, uma vez que o valor do serviço de mão de obra já está incluso no valor contratado para o serviço de manutenção preventiva e corretiva.

7. ENTREGÁVEIS E PRAZOS OBRIGATÓRIOS

7.1. Até 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência contratual

- 7.1.1. A CONTRATADA deverá fixar, no interior da cabina de cada elevador, acompanhada de um funcionário da Fiscalização, placa ou adesivo informativo com dados de contato para acionamento emergencial.
- 7.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer endereço eletrônico e número de telefone institucionais para uso como canais de comunicação para agendamento de serviços e abertura de chamados técnicos de manutenção corretiva.
- 7.1.3. O início efetivo da prestação dos serviços deverá ocorrer até o 5.º (quinto) dia útil a contar da data indicada no Termo de Início dos Serviços.

7.2. Até 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual

- 7.2.1. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar o primeiro Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), acompanhado da respectiva ART ou TRT, conforme o caso.
- 7.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar Laudo de Avaliação de Risco, utilizando como base a Tabela B.1 da NBR 16083:2012, conforme item 4.3.2.9 daquela norma. O laudo deverá ser acompanhado de projeto executivo das intervenções a serem realizadas para sanar ou mitigar os riscos identificados.
- 7.2.3. Novo laudo de avaliação de risco deverá ser realizado sempre que ocorrer acidente envolvendo os elevadores.

7.3. Periodicamente durante a vigência

- 7.3.1. Mensalmente: PMOC atualizado, Relatório Mensal de Manutenção assinado pelo Responsável Técnico e OSs de todas as manutenções preventivas e corretivas realizadas.
- 7.3.2. Anualmente: Relatório de Inspeção Anual (RIA) e ART ou TRT referentes ao período, nos termos da NBR 16083:2012.
- 7.3.3. A cada 30 (trinta) dias após o início da vigência contratual e a cada aniversário do contrato em caso de prorrogação: polimento e brilho das cabinas dos elevadores.

8. FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO DE RESULTADOS E PENALIDADES

8.1. Fiscalização Contratual

- 8.1.1. A Administração exercerá a fiscalização quanto ao cumprimento das normas previstas neste Memorial Descritivo, obrigando-se a empresa a apresentar qualquer documentação eventualmente exigida e necessária para a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
- 8.1.2. Toda e qualquer intervenção nos equipamentos deverá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, ou pessoa por ele designada, com posterior emissão de relatório confeccionado pela CONTRATADA.

8.2. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

- 8.2.1. A qualidade dos serviços será acompanhada e avaliada por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), contendo indicadores de desempenho objetivos, verificáveis e alinhados ao objeto do contrato, em conformidade com o Anexo V da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 5/2017 ou normativa que a substitua.
- 8.2.2. O IMR encontra-se detalhado no ANEXO 5.

8.3. Penalidades

- 8.3.1. Caso a CONTRATADA não atenda às exigências da Universidade, poderá ser aplicada a rescisão contratual unilateral, bem como a multa prevista para hipóteses de inexecução contratual, nos termos

da Resolução GR n.º 8.548/2023 e do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ou diploma legal que os substitua.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. Os casos omissos ou que gerem dúvidas quanto à execução dos serviços deverão ser esclarecidos previamente ao certame licitatório, cabendo às licitantes realizar vistoria técnica e análise completa do objeto.
- 9.2. A execução dos serviços de manutenção, preventiva ou corretiva, fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará à CONTRATADA o direito ao recebimento de quaisquer valores adicionais.
- 9.3. A CONTRATADA deverá elaborar Laudos Técnicos para esclarecer situações relacionadas à operação, segurança, danos, conservação e demais assuntos ligados aos equipamentos, de ofício ou quando solicitado pela Fiscalização.
- 9.4. Os Laudos Técnicos deverão ser elaborados pelo Responsável Técnico da CONTRATADA, habilitado e competente, com registro no CREA ou CFT, conforme o caso. Os custos relacionados à elaboração dos laudos, ao aluguel de equipamentos de medição e ao registro de ART ou TRT deverão estar inclusos nos custos dos serviços de manutenção.
- 9.5. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento 24h disponível à CONTRATANTE, com meios de comunicação ágeis e equipe técnica apta a efetuar resgate de passageiros em situações de emergência.
- 9.6. Os serviços deverão ser executados por profissionais treinados e providos das instruções necessárias para realizar de forma segura as operações de manutenção requeridas, nos termos da NBR 16083:2012.
- 9.7. As normas previstas neste Memorial Descritivo são complementares ao Termo de Referência e ao Edital de Licitação, prevalecendo, em caso de conflito, a interpretação mais favorável à segurança dos equipamentos e dos usuários.
- 9.8. A CONTRATADA deverá respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na Portaria n.º 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e demais normas regulamentadoras aplicáveis.

ANEXO 4

BDI DIFERENCIADO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE ELEVADORES

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente Anexo integra o Memorial Descritivo do contrato de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias da FORP/USP, FEARP/USP e FFCLRP/USP. Seu propósito é estabelecer, de forma fundamentada e analítica, a metodologia de cálculo, a composição e os limites do **BDI Diferenciado** (Benefícios e Despesas Indiretas) aplicável exclusivamente ao **fornecimento de peças e componentes de reposição**.
- 1.2. A adoção de BDI reduzido para materiais decorre de exigência técnica, jurídica e jurisprudencial, visando assegurar o princípio da economicidade e impedir a formação de sobrepreço na composição dos orçamentos apresentados pela CONTRATADA.

2. PREMISSAS ADOTADAS

- 2.1. O fornecimento de peças possui **natureza acessória** ao objeto principal do contrato, não se confundindo com execução de obra, modernização ou serviço autônomo.
- 2.2. O preço-base das peças será definido a partir do **menor valor obtido em pesquisa de preços realizada pela CONTRATANTE**, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3. O BDI diferenciado tem por finalidade exclusiva remunerar a CONTRATADA pelos custos indiretos relacionados à aquisição, logística e fornecimento das peças. É **vedada** a inclusão de parcelas relativas à execução de serviços, mão de obra operacional ou mobilização de equipes técnicas.
- 2.4. A mão de obra necessária à substituição das peças já está integralmente contemplada no valor mensal contratado para os serviços de manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5. Peças de fabricantes detentores de tecnologia proprietária terão seu preço de referência apurado junto ao fabricante ou distribuidor autorizado. A aplicação do BDI diferenciado sobre esse preço é **essencial** para evitar margens excessivas na revenda de itens sem alternativa comercial.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURISPRUDENCIAL

3.1. Normativos Federais

- 3.1.1. **Lei nº 14.133/2021 (NLLC):** art. 11 (princípios da economicidade e eficiência) e art. 23 (pesquisa de preços e compatibilidade com o mercado), que exigem metodologia clara de composição do BDI no orçamento balizador.

- 3.1.2. **Súmula nº 253 do TCU:** determina que, em orçamentos de obras e serviços de engenharia, itens que possuam natureza específica e representem percentual significativo do preço global devem receber **BDI reduzido**, distinto daquele aplicado à prestação de serviços.
- 3.1.3. **Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário:** principal balizador normativo nacional para composição analítica do BDI em contratos públicos. Estabelece faixas de aceitabilidade por quartis para cada tipologia de objeto, diferenciando expressamente o "mero fornecimento de materiais e equipamentos" de "obras e serviços de engenharia".

3.2. Normativos Estaduais

- 3.2.1. **TCESP – Manual de Obras e Serviços de Engenharia:** ratifica o racional do TCU, exigindo que o edital demonstre a composição analítica do BDI e justifique a aplicação de taxas diferenciadas, sob pena de configurar sobrepreço.
- 3.2.2. **Consulta Tributária nº 17.959/2018 – SEFAZ-SP e LC nº 116/2003 (subitem 14.01):** no serviço de conserto e manutenção de elevadores, as partes e peças empregadas sujeitam-se ao **ICMS**, e não ao ISS. Portanto, a inclusão de ISS no BDI de peças configura cobrança de tributo indevido, gerando prejuízo direto ao erário.

4. RACIONAL ECONÔMICO PARA A DIFERENCIAÇÃO

- 4.1. A diferenciação do BDI fundamenta-se na **desproporcionalidade entre o valor da peça e o esforço real de intermediação**. Em elevadores modernos, componentes como placas de comando, inversores de frequência ou grupos de tração podem atingir valores significativos. A aplicação do BDI integral de serviços (tipicamente superior a 20%) sobre esses itens geraria taxas indiretas injustificáveis para uma operação que exige apenas a emissão de um pedido de compra e o recebimento da mercadoria.
- 4.2. A estrutura de custos da empresa de manutenção – técnicos de plantão, veículos, ferramentas – já está **integralmente coberta pelo valor mensal dos serviços**. Ao fornecer uma peça, a empresa não mobiliza novamente toda essa estrutura; atua, essencialmente, como braço logístico da Administração Pública.
- 4.3. Adicionalmente, o BDI diferenciado atua como **barreira contra o "jogo de planilha"**: sem essa separação, empresas poderiam ofertar lances artificialmente baixos no valor mensal da manutenção e compensar com margens elevadas no fornecimento de peças, cujos quantitativos são incertos no momento da licitação. A fixação de BDI justo e reduzido nivela o campo de disputa e foca a competição na eficiência operacional da manutenção preventiva.

5. COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI DIFERENCIADO

O BDI diferenciado é estruturado conforme os **parâmetros do Acórdão 2622/2013-TCU**, com os seguintes componentes e respectivos raciais econômicos:

5.1. Administração Central (AC) – 3,45%

- 5.1.1. Compreende as despesas da sede da empresa rateadas entre todos os contratos: pró-labore, pessoal administrativo, aluguel, assessoria jurídica e contábil. O percentual é **menor** pois o esforço para processar a compra de uma peça é pontual e menos complexo que a gestão contínua de equipes técnicas. Enquanto em serviços de manutenção a AC pode atingir 4% a 5,5%, no fornecimento de peças o referencial médio TCU é de **3,45%**.

5.2. Seguros e Garantias (S+G) – 0,48%

- 5.2.1. Remunera o custo das apólices de seguro-garantia exigidas para assegurar a fiel execução. Para o fornecimento de peças, o risco patrimonial é significativamente inferior ao de execução de obras, refletindo-se em prêmio reduzido: **0,48%**.

5.3. Riscos (R) – 0,85%

- 5.3.1. Cobre imprevistos durante a execução. No fornecimento de peças homologadas ou de prateleira, o risco de execução é quase nulo, restringindo-se à conformidade técnica da peça entregue. Por essa razão, o componente é ajustado para **0,85%**, em contraste com os 1,27% aplicados em serviços de engenharia.

5.4. Despesas Financeiras (DF) – 0,85%

- 5.4.1. Compensa o desembolso antecipado de capital pela CONTRATADA, que paga o fornecedor antes de receber o ressarcimento da Administração. Calculado com base em taxas de mercado e no intervalo médio entre faturamento e pagamento: **0,85%**.

5.5. Lucro / Remuneração (L) – 5,11%

- 5.5.1. Remuneração pelo risco do negócio. A margem sobre peças é reduzida pois a empresa já obtém sua remuneração principal na prestação mensal dos serviços. O TCU e o TCESP entendem que a empresa não deve lucrar de forma plena duas vezes sobre o mesmo objeto. O lucro médio referencial para fornecimento é **5,11%**, contra os 7,40% ou mais aplicados em serviços.

5.6. Tributos (T) – 3,65%

- 5.6.1. Componente obrigatório composto conforme abaixo, com as seguintes observações fundamentais:
- PIS (Regime Cumulativo): 0,65%
 - COFINS (Regime Cumulativo): 3,00%

- ISS: 0,00% – EXPRESSAMENTE VEDADO. Por força da LC nº 116/2003 (subitem 14.01) e da Consulta Tributária SEFAZ-SP nº 17.959/2018, o fornecimento de peças de elevadores sujeita-se ao ICMS estadual. A inclusão de ISS no BDI de peças configura cobrança de tributo indevido e gera prejuízo ao erário.
- ICMS: não incluído no BDI, estando computado no preço adquirido pela CONTRATADA.
- CPRB: 0,00% – Recomendado para simplificação. Caso a licitante seja optante pela desoneração da folha, deverá apresentar demonstrativo específico sujeito à análise da Administração.

6. FÓRMULA MATEMÁTICA DE CÁLCULO

6.1. A fórmula referencial do BDI, consolidada pelo TCU e adotada pela USP, utiliza capitalização composta dos encargos sobre o custo direto:

$$BDI = \{ [(1 + AC + S+G + R)(1 + DF)(1 + L)] / (1 - I) \} - 1$$

Sendo: AC = Administração Central; S+G = Seguros e Garantias; R = Riscos; DF = Despesas Financeiras; L = Lucro; I = Tributos sobre o faturamento (PIS + COFINS).

6.2. Demonstração com os Parâmetros Referenciais

$$BDI = \{ [(1 + 0,0345 + 0,0048 + 0,0085)(1 + 0,0085)(1 + 0,0511)] / (1 - 0,0365) \} - 1$$

$$BDI = \{ [(1,0478)(1,0085)(1,0511)] / 0,9635 \} - 1$$

$$BDI = \{ 1,1106 / 0,9635 \} - 1 = 1,1527 - 1 = 15,27\% \approx 15,28\%$$

O resultado de **15,27% (arredondado para 15,28%)** é o valor paradigma derivado da aplicação direta da fórmula do TCU com as alíquotas tributárias padrão do regime cumulativo de PIS/COFINS, o mais comum para empresas prestadoras de serviço de médio porte.

7. QUADRO RESUMO DA COMPOSIÇÃO REFERENCIAL

Componente do BDI	Valor Referencial (%)	Base Normativa
Administração Central (AC)	3,45	Acórdão 2622/2013-TCU
Seguros e Garantias (S+G)	0,48	Acórdão 2622/2013-TCU
Riscos (R)	0,85	Acórdão 2622/2013-TCU
Despesas Financeiras (DF)	0,85	Acórdão 2622/2013-TCU
Lucro / Remuneração (L)	5,11	Acórdão 2622/2013-TCU
PIS (Regime Cumulativo)	0,65	Lei nº 9.718/1998

Componente do BDI	Valor Referencial (%)	Base Normativa
COFINS (Regime Cumulativo)	3,00	Lei nº 9.718/1998
ISS	0,00 (VEDADO)	LC 116/2003 / SEFAZ-SP
ICMS	Embutido no preço	LC 116/2003
BDI DIFERENCIADO TOTAL REFERENCIAL	15,28%	Acórdão 2622/2013-TCU

8. FAIXAS DE ACEITABILIDADE – QUARTIS DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU

- 8.1. O BDI não é um valor estático, mas uma **faixa de aceitabilidade**. A tabela abaixo, extraída do Acórdão 2622/2013-TCU, apresenta os limites de referência para cada tipologia de objeto:

Tipologia do Fornecimento	1º Quartil (Mínimo)	Médio (Referencial)	3º Quartil (Máximo)
Materiais e Equipamentos (Mero Fornecimento)	11,10%	14,02%	16,80%
Construção de Edifícios (referência comparativa)	20,34%	22,12%	25,00%

- 8.2. O valor de **15,28%** situa-se entre o valor médio (14,02%) e o 3º quartil (16,80%), sendo o mais robusto tecnicamente. A prática administrativa na USP e em órgãos correlatos do Estado de São Paulo converge para o patamar de 15,00% a 15,57% como limite superior de aceitabilidade para contratos de manutenção de elevadores.

9. VALOR MÁXIMO DO BDI DIFERENCIADO

O valor máximo admitido para o BDI diferenciado a ser ofertado pelas licitantes é de:

15,28% (quinze vírgula vinte e oito por cento)

- 9.1. Este teto assegura a cobertura dos custos operacionais legítimos sem permitir margens excessivas sobre itens de alto valor agregado. Propostas com BDI superior a este limite deverão ser **diligenciadas** para apresentação de justificativa técnica. A ausência de justificativa plausível ou o uso de alíquotas indevidas (como inclusão de ISS sobre materiais) fundamenta a **desclassificação ou a exigência de adequação da planilha**.

10. PARCELAS EXPRESSAMENTE VEDADAS

- 10.1. É vedada a inclusão, no BDI diferenciado para fornecimento de peças, das seguintes parcelas:
- Mobilização e desmobilização de equipes;
 - Canteiro de obras ou administração local de obra;

- Custos de mão de obra operacional (já cobertos pelo valor mensal do contrato de manutenção);
- Equipamentos e ferramentas de execução;
- ISS – Imposto Sobre Serviços (não incidente sobre fornecimento de mercadorias, nos termos da LC nº 116/2003);
- ICMS no BDI (imposto "por dentro", já embutido no preço do fornecedor – sua inclusão geraria bitributação);
- Quaisquer custos já contemplados no valor mensal do serviço de manutenção.

11. CRITÉRIO DE APLICAÇÃO E PAGAMENTO

O valor final da peça a ser ressarcida pela Administração será calculado conforme:

$$\text{Valor Ressarcível} = \text{Menor Preço de Mercado} \times (1 + \text{BDI Ofertado})$$

- 11.1. A pesquisa de preços será realizada pela Administração mediante a obtenção de, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos, observando o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. O BDI ofertado no ato da licitação será aplicado sobre o menor preço encontrado. É vedada qualquer alteração posterior sem expressa anuência da Administração.
- 11.3. O desconto global ofertado na fase de lances incidirá sobre todos os itens do contrato, inclusive sobre os preços de mercado das peças, preservando o equilíbrio da proposta.
- 11.4. As notas fiscais de peças deverão ser emitidas de forma segregada, com distinção tributária clara, garantindo que não haja cobrança de ISS sobre o valor dos materiais.

12. DISPOSIÇÕES PARA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- 12.1. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, a **memória de cálculo analítica do BDI** aplicado, identificando cada componente e sua respectiva alíquota.
- 12.2. A Administração poderá **glosar** parcelas indevidas ou inconsistentes identificadas na nota fiscal ou no orçamento apresentado.
- 12.3. O descumprimento das disposições deste Anexo poderá ensejar a rejeição do orçamento, a suspensão do pagamento e a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual.
- 12.4. Para peças proprietárias com fornecedor único, a Administração poderá exigir cópia da tabela de preços vigente do fabricante como comprovação do preço de referência.

13. REFERÊNCIAS NORMATIVAS E JURISPRUDENCIAIS

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Lei Complementar nº 116/2003 – Lista de serviços sujeitos ao ISS (subitem 14.01 – exceção de peças e materiais).
- Lei nº 9.718/1998 – Regime cumulativo de PIS e COFINS.
- Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário – Parâmetros de referência para BDI em obras e serviços públicos.
- Súmula nº 253 do TCU – BDI diferenciado para itens de natureza específica e percentual significativo.
- TCESP – Manual de Obras e Serviços de Engenharia – Aspectos Técnicos.
- TCESP – Processo nº 15674.989.17-3 – Sessão de 22/11/2017 – Exame Prévio de Edital.
- Consulta Tributária nº 17.959/2018 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP).

ANEXO 5 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Este Instrumento de Medição de Resultado – IMR – apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e descontos (glosas) de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante.

O somatório das glosas mensais fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a Contratada, sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

Problemas de conformidade resultantes exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador poderão não provocar descontos, desde que, comprovada a excepcionalidade da ocorrência, a justificativa seja aceita pela Fiscalização.

A Fiscalização da Contratante poderá convocar o preposto da Contratada para reuniões de Avaliação dos resultados, ou tratar do tema em outras reuniões operacionais, onde serão expostos os pontos de melhorias necessárias aos processos. Cabe à Contratada, independentemente de alertas ou cobranças da Contratante, garantir gestão adequada de eventuais não conformidades, além da avaliação e monitoramento constante, para que não voltem a ocorrer.

O baixo resultado dos serviços prestados pela Contratada, constatado quando os somatórios finais e consecutivos (por dois meses ou mais), conforme critérios do presente Apêndice, ultrapassar 10 pontos em cada uma das respectivas medições, poderá ensejar a rescisão contratual.

Tabela 1: Informações gerais - IMR (aplicáveis a todos os indicadores)

Item	Descrição
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das condutas previstas no contrato
Instrumento de medição	Fiscalização contratual/Conferência local
Forma de acompanhamento	Inspeção visual e documental pelo Fiscal do Contrato
Periodicidade	Diária nos dias em que a prestação de serviços ocorrer
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada
Início da vigência	Data de início da execução dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Serão registradas as ocorrências pelo fiscal do contrato e o somatório dos pontos acumulados refletirá no valor de medição, conforme tabela de descontos

Tabela 2: indicador nº 01 – Gestão e Documentação

Finalidade: buscar a qualidade na gestão do serviço.

Ocorrência	Pontuação
Atraso na entrega da ART/TRT (Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica) inicial ou anual	1 ponto por dia de atraso
Atraso no fornecimento de canais de comunicação (telefone/e-mail) ou da Central de Atendimento 24h	1 ponto por dia de atraso
Atraso na entrega mensal do PMOC e dos Relatórios Detalhados de manutenção	1 ponto por dia de atraso
Atraso na entrega do Laudo de Avaliação de Risco inicial (limite de 30 dias) ou do RIA (Relatório de Inspeção Anual)	1 ponto por dia de atraso
Manter funcionário que tenha apresentado conduta incompatível, quando comunicado	1 ponto por colaborador, por dia
Deixar de enviar nota fiscal e documentos para pagamento no prazo de até 03 dias úteis após o envio da medição	1 ponto por dia de atraso

Tabela 3: Indicador nº 02 - Funcionários

Finalidade: buscar adequar a prestação dos serviços e a conduta dos funcionários ao objeto e ao local da prestação dos serviços.

Ocorrência	Pontuação
Não utilizar uniforme ou usá-lo incompleto, inadequado ou sujo	1 ponto por ocorrência
Danificar equipamentos da Contratante por culpa ou dolo de funcionário da Contratada	2 pontos por ocorrência

Tabela 4: Indicador nº 03 - Materiais e equipamentos

Finalidade: buscar a qualidade dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.

Ocorrência	Pontuação
Utilização de produtos ou materiais em desacordo com o especificado pela Contratante, sem autorização	1 ponto por ocorrência
Deixar de entregar as peças defeituosas substituídas ao representante da Contratante (quando as peças novas forem pagas pela USP)	5 pontos por ocorrência
Atraso na execução de manutenção corretiva por falta de materiais ou equipamentos de responsabilidade da Contratada	1 pontos por ocorrência/dia de falta

Tabela 5: Indicador: nº 04 - Execução dos serviços

Finalidade: buscar a qualidade na execução dos serviços contratados.

Ocorrência	Pontuação
Atraso no atendimento de chamado para resgate de pessoas presas (prazo máximo de 1 hora)	5 pontos por ocorrência
Atraso no atendimento de chamados corretivos (prazo de 24 horas para início do atendimento)	2 pontos por dia de atraso
Atraso na conclusão do reparo e instalação de peças após autorização/empenho (prazo de 72 horas)	2 pontos por dia de atraso

Ocorrência	Pontuação
Não agendamento prévio da manutenção preventiva mensal (mínimo de 2 dias úteis)	1 ponto por ocorrência
Não atendimento de normas de segurança/uso de EPI	1 ponto por ocorrência
Suspender ou interromper os serviços, salvo por motivo de caso fortuito, força maior ou a pedido da administração	1 ponto por dia

Tabela 6: Descontos (sobre o valor apurado para o mês de ocorrência)

Pontos	Desconto
2,0 a 4,0	2%
4,1 a 6,0	4%
6,1 a 8,0	6%
8,1 a 10	8%
Acima de 10	10%

ANEXO VI
MODELO DE BDI

Link para acesso à planilha para preenchimento do BDI:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1tehzVFdZkcsj_Ytmwigd8sXmnpjrf2oy/edit?usp=drive_link&ouid=104552492552778625032&rtpof=true&sd=true



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Prestação de Serviços SEM dedicação exclusiva de mão de obra – Pregão

Processo SEI nº 154.00005794/2026-18

Contrato nº **NN/2026** - FORP/USP

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO E A EMPRESA **NOME DA EMPRESA** OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO.

Ao(s) **DD** dia(s) do mês de **MÊS** do ano de **2025**, a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0086-01**, localizado na **Av. do Café, S/n, Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-904**, neste ato representada por seu **Diretor da Unidade, Prof. Dr. Ricardo Gariba Silva**, por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8321/2024](#) e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **NOME DA EMPRESA**, CNPJ nº **CNPJ nº**, sediada à **endereço completo**, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em observância às disposições do artigo 75, caput, inciso II, da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#), demais legislações aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias com fornecimento de materiais de consumo	3557	Serviço	14 (igual ao número de elevadores e plataformas abaixo elencados)	XXX	XXX
1.1	Manutenção em elevador hidráulico de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 2 elevadores)	XXX	XXX
1.2	Manutenção em elevador eletromecânico de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 9 elevadores)	XXX	XXX
1.3	Manutenção em elevador eletromecânico de 6 a 10 paradas	-	Serviço	1 (em 1 elevador)	XXX	XXX
1.4	Manutenção em plataforma elevatória eletromecânica de 2 a 5 paradas	-	Serviço	1 (em 2 elevadores)	XXX	XXX
2	Custos estimados para fornecimento eventual de peças e/ou componentes para reposição e/ou substituição	6472	Unidades	1	XXX OBS: O valor estimado para esse item é composto pelo valor estimado das peças (R\$ 30.000,00) acrescido	XXX



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					do BDI diferenciado para fornecimento	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Pregão nº **NN/2026** - FORP/USP;
- 1.3.2. Termo de Referência;
- 1.3.3. Proposta Comercial datada de **[NN/NN/NNNN]**;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados do(a) **termo de início dos serviços**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o **CONTRATADO** mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 000 (zero reais e zero centavos)**, de acordo com as quantidades e preços indicados/estimados na **CLÁUSULA PRIMEIRA**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1. O prazo para pagamento ao **CONTRATADO** e demais condições a ela referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observadas as disposições da [Portaria GR nº 8249/2023](#).

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **DD/MM/AAAA**.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.2.1. Ocorrendo o disposto acima, o(s) valor(es) pertinentes, serão reajustados de acordo com a fórmula a seguir:

$$R = Po \cdot [(IPC / IPCo) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC / IPCo = variação do **IPC FIPE** - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.3. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**, designando o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o **CONTRATADO**.
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.7. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da conclusão da instrução do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do **CONTRATADO** poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
 - 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
 - 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando aplicável.
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando aplicável.
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, quando aplicável.
- 9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 9.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 9.1.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, de agente público que desempenhe(ou) função na contratação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.21. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) locais indicados no Termo de Referência.
- 9.1.21.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, o **CONTRATADO** prestou garantia na modalidade _____, no valor de **R\$ _____** em conformidade com o disposto nos artigos 96 e 98, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 11.2. O valor indicado acima corresponde a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 11.3. O Termo de Referência estabelece as regras que serão aplicadas em relação à garantia de execução.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Contrato, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o **CONTRATADO** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.2. O **CONTRATADO** que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa (art. 24 – [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)), às seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Multas**, aplicadas e calculadas nos termos da [Resolução USP nº 8548/2023](#);
 - iii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iv. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.2.1. A aplicação das multas será de acordo com o estabelecido na [Resolução USP nº 8548/2023](#):
- a) A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o **CONTRATADO** ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.
 - a.1) A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- I. até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
 - II. a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.
- a.2) A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados/realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.
- b) A multa moratória é aplicável quando o **CONTRATADO**, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.
- b.1) A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2,0% (dois por cento) acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:
- I. Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;
 - II. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.
- b.2) A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso e a sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Resolução USP nº 8548/2023](#).
- c) A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao **CONTRATADO** a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b”



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

– [Resolução USP nº 8548/2023](#)), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.10. As multas devidas pelo **CONTRATADO** poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – [Resolução USP nº 8548/2023](#)).
- 12.11. As multas e demais débitos não pagos pelo **CONTRATADO** são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na [Portaria GR nº 6723/2016](#).
- 12.12. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
- 12.12.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 12.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 12.12.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 12.12.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
 - 13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
 - 13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do **CONTRATADO** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
 - 13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
 - 13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
 - 13.3.1. Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.3.3. Indenizações e multas.
- 13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 102146
- II. Fonte de Recursos: Tesouro Estadual
- III. Programa de Trabalho: 122.4807
- IV. Elemento de Despesa: 339030
- V. Plano Interno: 1

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão jurídico do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do órgão na Internet, em atenção ao art. 91, “caput”, da Lei nº 14.133, de 2021, além da divulgação e manutenção do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente em sítio eletrônico oficial do **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, e § 3º, do artigo 6º, do [Decreto Estadual nº 68.304/2024](#).

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo em uma das varas da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato.

Ribeirão Preto, data da assinatura eletrônica.

Prof. Dr. Ricardo Gariba Silva

Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Representante legal do contratado

TESTEMUNHAS:

Karynne Martins Almeida

Fábio Vinícius Mecnas



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

(redação dada pela Resolução nº 11/2021)

CONTRATANTE: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

CONTRATADO: **NOME DA EMPRESA**

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): **000/2026** - FORP/USP

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS E/OU COMPONENTES PARA REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

9. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Preto, data da assinatura eletrônica.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Aluísio Augusto Cotrim Segurado

Cargo: Reitor

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Ricardo Gariba Silva

Cargo: Diretor

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE:**

Nome: Ricardo Gariba Silva

Cargo: Diretor

Pela **CONTRATADA:**

Nome: Representante da empresa

Cargo: XXXX

CPF: XXXX

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Ricardo Gariba Silva

Cargo: Diretor

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: XXXX

Cargo: XXXX



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código V4B3-QXKB-M7RE-7JWL no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/V4B3-QXKB-M7RE-7JWL>

Ricardo Gariba Silva

Nº USP: 90158

Data: 13/05/2026 11:06